

Instituições de ensino superior: centros de excelência acadêmica ou fábricas de profissionais? *

IVALDO MACEDO DE OLIVEIRA

1. Panorama atual do ensino superior — contraste e conflitos; 2. A instituição de ensino superior como centro de excelência acadêmica; 3. A instituição de ensino superior como entidade de caráter vocacional ou profissionalizante; 4. A universidade brasileira e a EBAP, em especial, face aos conceitos de excelência e relevância.

1. Panorama atual do ensino superior — contraste e conflitos

É difícil prognosticar aonde irá o ensino superior na década que vivemos. Prever além da década é tarefa quase impossível, dadas as condições do mundo moderno, que caminha a passos largos para a reformulação de conceitos e a reestruturação das formas e fórmulas até aqui entronizadas ou prevaletentes. O que se pode afirmar sem incorrer em erro é que se faz necessário mudar, mesmo porque educação é processo dinâmico cuja atualização constante é imperativo ditado pela própria evolução conjuntural.

* Trabalho apresentado na aula inaugural da Escola Brasileira de Administração Pública, no ano letivo de 1974.

A julgar pelos temas de conferências internacionais e pelos documentos oriundos das mais diversas fontes, não há um sistema reconhecidamente adequado à realidade contemporânea, nem mesmo no âmbito estreito de um dado país. Exemplos recentes comprovam esta tese. Os relatórios da Carnegie Commission, nos Estados Unidos da América; o plano de reestruturação do ensino superior na província de Ontário, no Canadá, e a criação dos novos politécnicos e da universidade aberta, na Inglaterra, para citar apenas os casos de maior evidência, demonstram o estado de inquietude vivido por governos e educadores. A efervescência das idéias provocada por essa inquietude vem desencadeando um processo de revisão crítica das atuais estruturas de ensino e a contestação de conceitos e postulados que deverá resultar na demolição de monstros sagrados para a adoção de sistemas novos mais consentâneos com os anseios da comunidade educacional e as exigências da sociedade global.

Numa análise preliminar, e necessariamente superficial, dos sistemas educacionais vigentes no mundo de hoje, poder-se-ia dizer que há três correntes de opinião no tocante à *rationale* determinante do conteúdo do ensino de nível superior.

A primeira, de cunho elitista, sustenta a tese de que o acesso à universidade só deveria ser facultado àqueles cujo potencial os predispuesses ao sucesso — “ability to succeed”, para usar a expressão inglesa cunhada pelos defensores do modelo “Oxbridge” — e os creditasse a ocupar posições de prestígio e influência na condução dos destinos de um país.

A segunda, de natureza pragmática e conotação supostamente mais democrática, busca implantar o primado da relevância sobre a excelência, entronizando o conceito do benefício, individual e social — “ability to benefit” — tanto na formulação de currículos quanto na determinação da política de recrutamento.

A terceira, a um tempo preservadora da excelência e promotora da relevância, busca conciliar *sucesso e benefício*, propondo a coexistência, na mesma instituição, entre o intelectual afeito aos grandes vãos e o futuro profissional preocupado com a aquisição do instrumental de trabalho, entre o acadêmico, que especula para lançar novas idéias e criar novos modelos capazes de provocar uma reformulação das teorias consagradas, e o homem prático que busca assimilar o que lhe é transmitido para assim se preparar a exercer uma função definida.

Na Inglaterra, onde vivi os três últimos anos, o reconhecimento de que excelência e relevância são igualmente necessárias determinou a implantação de um sistema binário. Ali coexistem as universidades — defensoras intransigentes dos padrões de excelência e as instituições de ensino superior ditas não-universitárias — politécnicas, colégios de educação e colégios técnicos — que se destinam a atender às necessidades do país nos diversos setores profissionais, tendo como filosofia básica a relevância e como função precípua a prestação de serviços à comunidade.

Mas o modelo não parece satisfazer à comunidade educacional, sobretudo aos que militam no setor não-universitário, que se ressentem da falta

de estímulo à pesquisa e amargam o dissabor da tutela acadêmica exercida por um órgão externo, o Council For National Academic Awards.

A adoção do sistema binário, conquanto válida como solução conciliatória para preservação da excelência e promoção da relevância, criou uma situação de desigualdade entre instituições supostamente complementares, conferindo à universidade o caráter de entidade-padrão e relegando os politécnicos e outras instituições à condição de estabelecimentos de segunda classe.

No momento, duas tendências podem ser observadas naquele país no que diz respeito à solução do impasse. De um lado, os politécnicos buscam desenfreadamente libertar-se do estigma de instituições vocacionais sem maior excelência a que os reduziu o apego à filosofia da relevância e lutam por todos os meios para compartilhar com as universidades o *status* de independência acadêmica e autonomia administrativa que o esquema atual de subordinação aos governos locais não lhes permite. De outro, educadores, associações de classe, políticos e dirigentes do partido trabalhista propõem um sistema unitário capaz de promover uma universidade integrada — a chamada Comprehensive University — cujas características seriam: a) acesso a todos, independente de qualificações intelectuais mínimas; b) flexibilidade curricular para aproveitamento de tendências e potencialidades individuais; c) transferibilidade — para cima ou para baixo — de alunos deslocados; d) conciliação entre excelência e relevância, aliando-se à manutenção da autonomia acadêmica a promoção da responsabilidade social a que não se podem furtar as instituições de ensino superior.

No Brasil vivemos também uma era de contestação. A reforma universitária ainda em implantação, e já de certa forma repudiada, a reestruturação do ensino de 2.º grau e a busca de um instrumento capaz de integrar os dois níveis, de certo encaminharão o país para a adoção de um sistema diferente cujas coordenadas apenas começamos a vislumbrar. Aparentemente aqui se optou pelo primado da relevância, erigindo a profissionalização em objetivo prioritário e transferindo a uma época mais propícia a preocupação com a excelência acadêmica. De fato, uma rápida vista d'olhos nos currículos e programas de nossas universidades e escolas isoladas torna patente que o objetivo primordial é a formação — eu diria treinamento — do profissional de que o mercado precisa. A universidade, em tal conceituação, existe para fabricar um produto de consumo imediato, segundo padrões que ela não estabeleceu e cuja utilidade será aferida pelo consumidor. A isso se chamaria em linguagem chã atender a pedidos ou fabricar sob medida.

Será esta uma opção válida? Estará a universidade contribuindo de fato para o desenvolvimento do país ao restringir sua ação à *responsiveness*, isto é, ao atendimento das necessidades imediatas da comunidade, sem se dar conta de que sua função é mais transcendente e deveria firmar-se no tripé — criação e transmissão de conhecimento, provisão de instrumental

de trabalho e formação do homem culto capaz de criticar e aperfeiçoar a sociedade em que vive?

Talvez não seja privilégio do Brasil acreditar demais na relevância, esquecendo-se da excelência ou relegando-a a segundo plano. Em muitos países o debate neste campo é acirrado. A cada passo a gente se depara com indagações quanto à propriedade de uma educação voltada preferentemente para a preparação do profissional em função da demanda do mercado ou das ênfases do momento sem o cuidado de antecipar o futuro e dotar o graduando daquelas qualidades de espírito que lhe permitam adaptar-se a novas circunstâncias e funcionar como agente de mudança e criador de novos conhecimentos, ao invés de atuar apenas como executor de tarefas rigidamente definidas. É importante ressaltar que à educação compete informar e formar, transmitir conhecimentos e técnicas e forjar o espírito para uma atitude crítica que liberte o indivíduo de um enquadramento total num processo cuja perpetuação é improvável.

No Brasil, assistimos a uma fase de revisão de objetivos e formulação de políticas cujo fundamento parece ser a ampliação dos quadros de profissionais especialistas em função da aceleração do desenvolvimento econômico. Em conseqüência, o jovem brasileiro se tem deixado dominar por critérios pragmáticos na escolha de seu campo de estudos e o governo vem estabelecendo suas prioridades na área de ciência e tecnologia, num afã justificável de queimar etapas, reduzindo significativamente a distância que separa o país das sociedades mais avançadas. Assim o processo educacional brasileiro vem-se caracterizando por uma filosofia pragmática e uma orientação vocacional — ou profissionalizante, para usar o jargão do momento — que certamente levarão o país ao estágio desejado de sociedade industrial, mas talvez não o preparem convenientemente para a evolução social requerida ao se concretizarem as metas do seu plano nacional de desenvolvimento econômico.

Quero com isto dizer que, a par da ênfase numa filosofia pragmática, faz-se necessário não descuidar o processo de aprimoramento do espírito, sem o que não haverá lugar para a crítica construtiva que impeça a implementação de planos tecnicamente válidos mas socialmente indesejáveis.

Ao analisar-se o panorama atual do ensino superior em nosso país tem-se a impressão de que o importante é bater recordes. De pouco mais de 100 mil estudantes universitários em 1960 saltamos para 1 milhão em 1974. Só no campo da administração, nestes três anos que estive fora do país, o número de escolas ou faculdades pulou de 40 para mais de 100. Cabem aqui as perguntas: e a qualidade dos docentes? e o ambiente intelectual? e a validade do ensino ministrado?

São estas e outras perguntas que temos necessariamente de responder, sob pena de inundarmos o país de graduados que o mercado não venha a absorver, por incompetentes, num desperdício flagrante de investimentos, e com conseqüências sociais imprevisíveis.

2. A instituição de ensino superior como centro de excelência acadêmica

O ensino em nível superior objetiva a criação, a atualização e a reformulação do conhecimento, mais do que a simples transmissão do conhecimento existente. Para tanto devem as instituições que o ministram possuir docentes e discentes dotados das qualificações necessárias e oferecer condições adequadas ao desenvolvimento da pesquisa que conduza à constante renovação do conteúdo do ensino e ao aperfeiçoamento de métodos e procedimentos. Ademais, sendo sua função precípua forjar o indivíduo para um desempenho eficaz na sociedade, devem elas constituir-se no *locus* onde docente e discente encontrem o clima intelectual indispensável à satisfação de suas aspirações individuais e à realização plena de suas potencialidades, de modo a transformá-los em agentes capazes de efetuar mudanças no curso da sociedade seja por ação direta, seja orientando aqueles a quem foi cometido governá-la.

Esta idéia de instituição de ensino superior como entidade de escol e liberta remonta ao surgimento de universidades de elite tais como Oxford e Cambridge, na Inglaterra, Sorbonne, na França, Heidelberg, na Alemanha, Salamanca, na Espanha, Coimbra em Portugal. Todas elas primavam – e quase todas ainda primam – pela concepção de que a “perseguição” do saber exige três condições essenciais: a) liberdade acadêmica e governo autônomo; b) situação financeira sólida; c) docentes altamente qualificados e discentes de inteligência privilegiada.

Tais universidades eram, portanto, necessariamente elitistas, defensoras intransigentes do princípio de que excelência acadêmica e controle societário não se coadunam e de que espíritos privilegiados não se podem curvar ante injunções de pessoas ou organismos incapazes de compreender o alcance de suas idéias ou a infalibilidade de suas ações. Assim, o conteúdo do ensino, as decisões de natureza acadêmica, o sistema de governo e os critérios de seleção e avaliação dos estudantes a elas só competia, pois elas e somente elas eram capazes de determinar o conteúdo de seus programas de ensino e a orientação de suas pesquisas.

Evidentemente, o mundo atual não mais comporta esse tipo de santuário indevassável. Mas as marcas ficaram. Ainda persiste a noção de que a universidade, para ser influente, precisa ser sobranceira. Embora deva inserir-se no contexto, para ser eficaz, não lhe convém condicionar-se ou enquadrar sua ação dentro dos limites ditados pela conjuntura, porque isso significaria abdicar da posição de liderança que suas prerrogativas lhe conferem. Membro da sociedade, ela não deve deixar-se tragar pela sociedade.

Não sou pela universidade elitista e defensora do privilégio. Não apóio a tese de que lhe seja dada total independência na determinação de seu curso de ação, porque lhe cumpre atender aos reclamos da sociedade. Não comungo com aqueles que julgam o governo incompetente para ditar-lhe normas e exigir-lhe maior responsabilidade social. Mas também não aceito

que a universidade seja convocada a embarcar em projetos duvidosos para atender a objetivos mal formulados ou a necessidades não comprovadas.

A instituição de ensino superior deve ser livre para poder orientar a sociedade na solução de seus problemas mais prementes. Cabe-lhe o papel intransferível de criticar o governo e a sociedade, constituindo-se em reducto de defesa de valores por ventura ameaçados por uma conjugação de forças interessadas em imprimir uma orientação exclusivista ao desenvolvimento de um país.

Em editorial recente, 10.2.74, do *Jornal do Brasil*, sobre o papel do historiador e pesquisador nacionais, enfatiza-se este mesmo ponto. Segundo ele, “as sociedades politicamente organizadas correm o risco da estagnação de sua consciência coletiva se eliminarem dessa consciência a memória crítica dos fatos mais recentes. Tal consciência fica presa a um passado mais remoto e, às vezes, irrelevante, ou se entrega aos sonhos de um futuro distante. Em ambos os casos, haveria a decadência da percepção política do destino nacional. A sociedade política caminharia, em grande parte, às cegas, carente de imaginação histórica baseada no exame crítico da realidade”.

É bem verdade que às instituições de ensino superior não compete funcionar como consciência política da nação. Por outro lado, não lhes assiste o direito de acompanhar passivamente o desenrolar dos fatos, retirando-se do palco para se ater ao cumprimento de uma programação literária, técnica e científica apenas, porque isso representaria também fugir à sua responsabilidade social.

Para ser excelente, a instituição de ensino superior precisa de um mínimo de independência acadêmica. Imposições externas, embora necessárias para o estabelecimento e garantia de altos padrões de ensino, não deveriam descer às minúcias de determinação de carga horária e conteúdo inflexível de disciplinas, porque isso significaria tolher a capacidade de iniciativa e inovação, desestimulando a instituição, por impraticável, a embarcar em programas que a autoridade oficial não tivesse incluído em seus esquemas.

Para ser excelente, a instituição de ensino superior requer autonomia administrativa. Sem ela ressentem-se o processo decisório da necessária rapidez, impedindo-se a solução de problemas cuja perpetuação será responsável pela redução sensível da capacidade de atender a necessidades urgentes e antecipar a demanda. A autonomia financeira ou, pelo menos, a auto-suficiência em termos de recursos completa o tripé em que se deve apoiar a idéia de centro de excelência. Nenhuma instituição poderá atingir altos padrões de ensino e pesquisa se não dispuser dos recursos necessários ao aparelhamento de sua biblioteca, à promoção do estudo sistemático da realidade e à elaboração de modelos capazes de explicar fenômenos e resolver problemas. Daí porque uma instituição de ensino superior não deva contentar-se com um orçamento fixo que lhe permita apenas cobrir suas despesas constantes. Para poder financiar seus programas de investigação científica ela necessita sair a campo em busca do respaldo de outras instituições, governamentais ou privadas, mediante contrato que inclua uma

sobretaxa ou *overhead* destinado a formar um fundo de garantia para pesquisas futuras de sua própria iniciativa. Tal atividade terá de ser constante, de modo a criar aquele clima intelectual que estimule docentes e discentes a desenvolverem sua capacidade crítica e seu poder criador.

Para se transformar em centro de excelência acadêmica necessita a instituição de ensino superior de um ambiente de trabalho propício. Aos três alicerces básicos a que já nos referimos, acrescenta-se a importância, para não dizer a imprescindibilidade, do regime de tempo integral de docentes e discentes, em bases financeiras sólidas para aqueles e em programas estimulantes para estes. Não é possível pensar-se em manter um clima intelectual ótimo quando o professor se restringe à transmissão de conhecimentos acumulados e o aluno apenas assimile suas lições para posterior verificação em exames e provas, porque um e outro não estão disponíveis para outras atividades, passado o período regulamentar das aulas programadas.

No caso brasileiro, a adoção do sistema de tempo integral para docentes aos poucos vai sendo equacionada, embora em ritmo lento, na rede oficial. Na rede particular, salvo honrosas exceções, não há motivo para otimismo. E aí reside, provavelmente, o ponto crítico do ensino superior brasileiro, sobretudo face à proliferação vertiginosa de estabelecimentos, ditada de um lado, pela demanda e, do outro, pela política governamental de atender a essa demanda para evitar o problema político que representaria o excedente insatisfeito. Nestas circunstâncias, agravadas ainda mais pela existência de uma mentalidade comercial, não de todo coibida, no setor particular, que o faz absorver mais alunos do que sua capacidade instalada permite, é justo afirmar-se que a instituição de ensino superior no Brasil está longe de ser o centro de excelência acadêmica que buscamos definir e caracterizar.

3. A instituição de ensino superior como entidade de caráter vocacional ou profissionalizante

A tendência a imprimir às instituições de nível superior uma orientação mais vocacional e profissionalizante, que vem encontrando apoio no cenário brasileiro, sob respaldo do Governo, decorre, a meu ver, da entronização do conceito de relevância de que falei atrás. Ela revela também a convicção de que, para afirmar a sua participação no processo de desenvolvimento do país, elas precisam afastar-se de sua posição de encastelamento em torres de marfim para empenhar-se decisivamente no atendimento dos anseios da comunidade e das demandas do mercado. Esta convicção, aliás, não é só nossa. Na Inglaterra, como visto anteriormente, ela deu origem a um sistema binário, que coloca de um lado os centros de excelência -- as universidades -- e de outro os politécnicos, os colégios de educação e os colégios técnicos, cuja missão primordial é fornecer os instrumentos de ação através da provisão de cursos de natureza pragmática e vocacional. Nesse sentido deveriam essas instituições caracterizar-se por

um maior comprometimento com as metas sociais e os programas de governo, sujeitando-se a maior controle externo. Caberia, pois, ao governo, através dos órgãos responsáveis pela formulação de sua política educacional, definir prioridades, estabelecer programas e cometer a essas instituições uma tarefa específica em função da demanda de mão-de-obra identificada nas diversas áreas de atividade econômica e social. Como corolário a essa filosofia educacional estatuiu-se que o ensino seria a atividade proeminente, relegando-se a pesquisa a segundo plano, autorizado apenas aquele tipo de pesquisa destinado a estudar aspectos relevantes e cujos resultados pudessem ter aplicação imediata na solução de problemas de reconhecida urgência.

Não se pode negar que uma política educacional fundada no conceito da relevância e orientada de maneira pragmática tem seus encantos e angaria muitos adeptos numa era de problemas prementes e recursos escassos. Ela é sobretudo mais convidativa quando um país opta pela política do livre acesso à universidade e não pode oferecer recursos para a criação de centros da mais alta excelência segundo padrões internacionais. A profissionalização como critério prioritário na definição da política educacional não deixa de ter sua validade pela força do seu impacto em termos de formação de técnicos e especialistas capazes de acelerar o processo de desenvolvimento do país. Ela talvez seja imprescindível e a mais adequada ao nosso momento atual pelo que representa de atendimento a necessidades básicas. Mas ela certamente não deve forçar a universidade a abandonar a busca da excelência para satisfazer a pressões circunstanciais, mesmo porque técnica e especialização podem ser adquiridas em nível de menor sofisticação, sobretudo quando não requerem maior argúcia de espírito e alto grau de abstração. Seria desejável que se ampliassem as bases já existentes no Brasil de formação de tecnólogos em nível ligeiramente inferior, em termos de carga de trabalho e duração, ao do ensino universitário na área em pauta, uma vez que há funções que podem perfeitamente ser exercidas por pessoa que não possua diploma universitário nos moldes vigentes.

É importante que a instituição de nível superior preserve sua posição de vanguarda intelectual, não se deixando levar pela política do imediatismo, isto é, a oferta do produto da moda, sem o devido cuidado de imprimir-lhe outras características que o tornem ainda válido e útil, passada a euforia do momento que o fez necessário. Educar para o presente apenas é uma concepção muito estreita cujo resultado será forçosamente tornar efêmera a instituição que a adotou e ultrapassados a médio prazo os alunos que formou. No debate atual sobre concepções e formas de ensino ressalta a opinião de que as exigências da vida moderna não aconselham a formação do especialista, pois se torna cada vez menos possível resolver problemas isoladamente. Isso não significa, porém, voltar à fase áurea do generalista ou homem dos sete instrumentos, capaz de atuar com a mesma eficiência em qualquer esfera de atividade. Trata-se de promover a formação do indivíduo de mente aberta, preparado e disposto para o diálogo, ciente de que a multidisciplinaridade e a interdisciplinaridade dos

fenômenos e atividades da vida moderna exigem o somatório dos esforços de cada um para a solução de problemas que afetam a todos.

Assim, a universidade ou a escola superior devem buscar na coordenação eficaz de suas atividades de ensino e pesquisa a fórmula capaz de fornecer, ao mesmo tempo, o instrumental de trabalho para uma função definida e suficiente agudez de espírito para o necessário ajustamento a novas circunstâncias e uma atuação permanentemente eficaz.

Analisando-se o panorama atual do ensino superior brasileiro, poder-se-ia afirmar sem sobressalto que o profissional egresso de seus cursos possui, ao mesmo tempo, capacidade técnica e espírito aguçado? Pelas características do modelo em vigor, que pouco incentiva a pesquisa, pelo menos no campo a que estou mais ligado, a administração, não creio em significativo desenvolvimento do espírito crítico e da capacidade criadora. O que se vê por aí afora é a repetição de conceitos já sedimentados, sem que sequer se lhes questione a validade ou propriedade no momento atual e o mínimo de contatos entre o aluno e o seu campo profissional para compreensão dos problemas que irá enfrentar quando nele ingressar.

Para ser válido e conseqüente, o ensino profissionalizante precisa estreitar esses contatos, através de um perfeito entrosamento entre a universidade e os setores públicos e empresarial. Não basta cumprir a obrigação ministerial de assegurar ao aluno um estágio supervisionado de seis meses, cuja validade ou relevância ninguém até hoje conseguiu constatar satisfatoriamente, dada a inexistência de padrões de desempenho e garantia de colocações adequadas no órgão público ou na empresa. A situação ideal seria aquela em que a universidade e a empresa ou o órgão público se organizassem em perfeita comunhão, cabendo a estes a responsabilidade pela colocação do aluno no setor relevante para o seu curso ou área de especialização, mediante respaldo financeiro durante o curso e garantia de aproveitamento futuro. À universidade caberia propiciar ao aluno o cabedal de conhecimento teórico necessário e a avaliação efetiva de seu desempenho prático, de modo a poder prepará-lo convenientemente para o exercício de sua profissão.

Evidentemente este é um esquema de difícil implantação. Mas não impossível. Ele funciona na Inglaterra, com efeitos reconhecidamente positivos nas áreas tecnológicas e de administração de empresas. No Brasil ele já existe em bases mais modestas, porque esbarra na dificuldade de se introduzir o regime de tempo integral do discente. Sim, porque o chamado *sandwich system* inglês exige que se intercalem um semestre letivo e outro "profissional", já que ali se considera impraticável dividir a atenção do aluno entre teoria e prática simultaneamente. Talvez se possa questionar a validade dessa posição e tentar obter resultados semelhantes em regime diferente. O importante é reconhecer a necessidade de se aliar teoria e prática durante os anos de formação universitária, diminuindo-se a carga de trabalho escolar e promovendo-se maior contato com a realidade.

Nessas bases, acredito, pode o ensino profissionalizante surtir os efeitos desejados. Como está, na perpetuação do divórcio entre a universidade e o mundo real, com a agravante de que o aluno não dispõe nem de tempo nem de estímulo para conhecer as bases e a problemática de sua profissão, desconfio que a universidade brasileira está fabricando um produto de duvidosa aceitação no mercado e minando o seu prestígio na sociedade.

4. A universidade brasileira e a EBAP, em especial, face aos conceitos de excelência e relevância

Não me assiste competência no âmbito deste artigo para emitir juízo sobre a essência da universidade brasileira. Para fazê-lo necessitaria ter pesquisado exaustivamente, segundo critérios científicos e usando a metodologia adequada. Nas circunstâncias, procurarei apenas examinar o problema à luz de suas manifestações mais palpáveis, assumindo o risco calculado de parecer impressionista. No tocante à EBAP, porém, creio poder apresentar um quadro mais real, em razão de uma vivência de 12 anos dos seus problemas e sua política acadêmica, de suas realizações e imperfeições.

Vejo a universidade brasileira como instituição ciente de suas responsabilidades e empenhada no aperfeiçoamento de sua estrutura, com vistas à elevação de seu *status* acadêmico, mas carente de uma filosofia que lhe norteie os rumos e dos recursos humanos e materiais indispensáveis à sua afirmação como centro de excelência. Vejo-a também tolhida em sua atuação acadêmica por injunções externas, impossibilitada muitas vezes de acelerar o seu processo de transformação e aprimoramento por estar presa a procedimentos burocráticos arraigados que dificultam a decisão rápida e a ação eficaz. E gostaria de testemunhar, em sua evolução atual, aquilo que Florestan Fernandes afirma estar sendo pretendido pelo movimento de reforma universitária, isto é, que a nova universidade “seja um foco de pensamento crítico e de renovação cultural, que se liberte das tutelas externas e se afirme como um centro de criação de conhecimentos originais, desdobrados em todas as direções do saber, principalmente das formas de saber associadas à ciência, à tecnologia científica e à reflexão crítica sistemática.”¹

Mas para isso seria preciso que ela oferecesse uma resposta positiva àquelas perguntas que fiz anteriormente acerca da qualidade dos docentes, do ambiente intelectual existente e da validade do ensino ministrado. Não creio que alguém ouse afirmar que ela dispõe de um número suficiente de professores do mais alto gabarito, já que as exigências para ingresso no magistério superior só agora começam a ser definidas com maior clareza e acerto. Não me parece que haja ambiente intelectual

¹ Fernandes, Florestan. Reforma universitária e mudança social. *Argumento*, v. 1, n. 3, p. 20, jan. 1974.

propício à criação de conhecimentos originais e à reflexão crítica sistemática quando não existe pesquisa rigorosamente científica em grande escala, pela ausência de uma pós-graduação de peso e pela escassez de *scholars* inteiramente dedicados à sua realização. Não posso, enfim, acreditar na qualidade de um ensino ministrado por docentes a quem pouco se exigiu no ingresso e que não foram estimulados a aperfeiçoar-se, até recentemente, num ambiente que raramente oferece condições satisfatórias ao desenvolvimento das potencialidades e que não é suficientemente questionado pelos discentes em razão de uma certa apatia motivada seja por deficiência intelectual ou baixo nível de aspiração.

Quanto à EBAP, creio poder afirmar que preenche algumas condições para se constituir em centro de excelência. Na verdade, sempre tem estimulado a docência em tempo integral e proporcionado a seu quadro de professores nessa categoria condições de aperfeiçoamento no país e no exterior e oferecido a possibilidade de participação em atividades de pesquisa e assistência técnica através das quais pudessem exercitar o pensamento crítico e dedicar-se à reflexão sistemática sobre problemas afetos à sua área de atuação. Onde tem pecado, ao que me parece, é em não ter sido suficientemente inovadora ou não ter tentado defender uma posição de independência acadêmica que sua condição de escola pioneira lhe poderia ter propiciado. Sofre também, como a universidade, da influência indesejável de tutelas externas, que a obriga a ministrar disciplinas que certamente não ministraria se pudesse estabelecer seu próprio currículo em função de seus objetivos e sua filosofia de ação. E ressen-te-se da falta da necessária autonomia administrativa e capacidade financeira para uma ação mais expedita e promoção de programas acadêmicos mais estimulantes.

O ensino que ministra, embora ofereça algumas oportunidades de estímulo à pesquisa dos fatos e à interpretação crítica de fenômenos atuais ou de situações administrativas concretas, também apresenta os defeitos tradicionais de transmissão pura e simples de conhecimentos acumulados. O regime de tempo parcial de seus alunos, aliado à sua preocupação com o domínio da técnica e a posse de uma especialização que lhes garanta um bom emprego num mercado competitivo, tem obrigado a EBAP a fazer concessões, sacrificando a excelência para atender a pressões em favor da relevância.

Em síntese, tem havido progresso no campo do ensino superior. Mas não na medida do desejável. E a orientação atual talvez precise ser revista para que a formação dos nossos profissionais não fique aquém das verdadeiras necessidades do país.